

# CBHPM: novas estratégias para implantação



Líderes da classe médica nacional estiveram reunidos, nos dias 25 e 26 de fevereiro, no **Rio de Janeiro**, e no dia 8 de abril, em **Maceió**, discutindo, entre outros assuntos, novas estratégias para a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos. Este foi assunto principal das três reuniões realizadas no hotel Othon, no Rio de Janeiro: da Comissão Nacional para Implantação (CNI), do Conselho Deliberativo e Diretoria Plena da AMB e das Comissões Estaduais de Honorários no Rio de Janeiro e em Alagoas.

A reunião da CNI no Rio de Janeiro tinha como foco principal traçar novas estratégias de implantação da CBHPM para este ano, e, ao final do encontro, dez pontos foram elencados (quadro ao lado) buscando tal objetivo, com destaque para a possibilidade de extensão do movimento de paralisação às empresas ligadas à Abramge, intensa mobilização e nova campanha de marketing pela aprovação do PL 3466/04 e a organização de novas assembleias conjuntas, a exemplo das realizadas no ano passado.

As dez propostas sugeridas pela CNI foram apresentadas pelo seu coordenador, Lincoln Freire, a todas as Comissões Estaduais de Honorários, em reunião realizada na tarde do dia 26. Além das propostas, Freire exibiu um balanço do trabalho realizado no último ano, desde que assumiu a coordenação da Comissão, em maio de 2004. Foram realizadas 12 reuniões, respondidas 325 correspondências, impressos quatro edições do Jornal Mobilização e enviadas 25 edições do Mobilização On line, além de ações junto à ANS, aprovação do PL, criação de assessorias técnica e jurídica. Lincoln também submeteu às Comissões a proposta de um calendário de reuniões para este ano.

Essa reunião contou também com a participação do deputado Rafael Guerra (PSDB/MG), relator do Projeto de Lei 3466/04, que referencia a CBHPM no sistema suplementar de saúde. Guerra informou que conversou com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), sobre a importância do PL, convencendo-o a colocar na pauta para votação.

“O Projeto de Lei da CBHPM pode ser votado a qualquer momento”, informa Guerra. “Conseguimos o acordo com as lideranças e está mantido o regime de urgência para a sua

votação, o problema é que muitas medidas provisórias impedem a sua entrada em pauta”, finaliza.

Na mesma reunião, no Rio de Janeiro, o coordenador dos trabalhos da CBHPM, Amílcar Giron, fez um balanço de como está o processo de revisão para a próxima edição. Segundo ele, 38 Sociedades de Especialidade já apresentaram sugestões de alteração de porte, as quais serão avaliadas pela Comissão Nacional de Honorários Médicos (CNHM). Por fim, o diretor de Saúde Pública da AMB, Samir Bittar, apresentou a proposta de contrato aprovada entre as entidades médicas nacionais - AMB, CFM, Fenam e o grupo Unidas, a qual já se encontra disponível no site da AMB ([www.amb.org.br](http://www.amb.org.br)).

Seguindo orientação da Comissão Nacional para Implantação da CBHPM, Bittar apresentou, na reunião seguinte da Câmara de Saúde Suplementar da ANS, em Brasília, proposta para que Fenaseg e Abramge também desenvolvam o mesmo tipo de contrato para utilização entre seus prestadores de serviço.



No período da manhã, também no hotel Othon, aconteceram as reuniões da Diretoria Plena e do Conselho Deliberativo da AMB. Quatro assuntos dominaram a pauta das discussões: CBHPM, que ficou a cargo de Lincoln Freire e Amílcar Giron; Contratualização, assunto abordado por Samir Bittar, enquanto que o diretor de Proteção ao Paciente, Jurandir Marcondes Filho, fez um relato sobre o andamento do Projeto de Lei que define o Ato Médico. O quarto item da pauta foi aprovado por unanimidade entre os presentes: a homologação dos regimentos eleitoral, dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Científico da AMB, em função da adequação ao novo estatuto social por exigência do novo Código Civil brasileiro.

A Comissão Nacional para Implantação voltou a se reunir no dia 8 de abril, em Maceió. Neste encontro foram avaliados os pontos emanados na reunião do Rio de Janeiro e reforçadas as ações em favor do movimento médico nacional pela implantação da CBHPM, como nova campanha publicitária; ações jurídicas (projeção de novas ações); avaliação do movimento

junto à Unimed, Unidas, Fenaseg e Abramge; boicote ao Prêmio Abramge de Medicina, além de uma circular sobre contratualização.

## Calendário

A Comissão Nacional para Implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos divulgou seu calendário de reuniões durante o encontro com as Comissões Estaduais de Honorários Médicos, no Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro. A previsão das reuniões continha o seguinte calendário: 16 de março (São Paulo), 8 de abril (Maceió), 26 de abril, 19 de maio, 16 de junho e 20 de julho.

Também foram agendados novos encontros da CNI com as Comissões Estaduais e os presidentes das entidades médicas nacionais - AMB, CFM e Fenam: 8 de abril (Maceió) e 17 de junho (São Paulo). Além disso, a Comissão Nacional fará reuniões com as Comissões Estaduais Regionais: 9 de abril (Nordeste - Maceió), 20 de maio (Centro-Oeste - Goiânia), 5 de agosto (Norte - Belém), setembro (Sul - a definir), novembro (Sudeste - a definir). Todas as terças-feiras, das 15h às 18h, sempre haverá um integrante da CNI na sede da AMB, em São Paulo, para atender solicitações das Comissões Estaduais.

## CBHPM - Propostas

- ▶ Unimed - Carta dirigida à Unimed do Brasil e singulares denunciando a posição assumida pelos seus representantes junto à ANS e nos fóruns de discussão;
- ▶ As Comissões Estaduais de Honorários devem acionar as singulares da Unimed através de suas filiais objetivando a implantação da CBHPM;
- ▶ A CNI convidará o segmento das seguradoras para reabrir discussão sobre a implantação;
- ▶ Avaliar as ações jurídicas já implementadas;
- ▶ Sociedades de Especialidade/Federadas - Contas bancárias ligadas às seguradoras;
- ▶ As Comissões Estaduais de Honorários devem avaliar possibilidade de estender ações jurídicas às empresas ligadas à Abramge;
- ▶ PL 3466 - Intensa mobilização pela aprovação do PL 3466 com visita aos novos presidentes do Congresso Nacional e contatos com parlamentares federais nos Estados, realizados pelas Comissões Estaduais de Honorários e, em Brasília, pelas entidades nacionais;
- ▶ Planejamento de divulgação do movimento através de campanha profissional a ser realizada dentro das disponibilidades do Conselho Federal de Medicina à época da votação;
- ▶ ANS - reforço de contatos visando avaliação do Rol de Procedimentos e pontos básicos dos contratos;
- ▶ Definição de novas datas nacionais de mobilização.

## Últimas da CBHPM

**ABC** - Médicos do Grande ABC paulista fizeram, no dia 14 de abril, uma passeata na Via Anchieta contra empresas intermediadoras de saúde. O objetivo era informar à população os motivos que levaram os profissionais a atender somente por reembolso várias empresas.

**ESPÍRITO SANTO** - As cooperativas médicas de Ortopedia e de Anestesiologia que prestam serviço ao Sistema Único de Saúde via Secretaria do Estado já estão utilizando a codificação da CBHPM.

**PARANÁ** - A Comissão Estadual de Honorários Médicos firmou acordo de implantação da CBHPM com as 19 operadoras da Unidas. O valor da consulta, atualmente R\$ 35,70, passará a R\$ 37,80 em julho e a R\$ 42,00 em janeiro de 2006. Já os valores dos portes estão sendo implantados com redutor de 20%; a UCO com banda de menos 30%; e os valores de SADT com redutor de 20% quando houver ato médico envolvido e de 25% quando não houver.

**MATO GROSSO DO SUL** - A assembleia de 31 de março aprovou que seja encaminhado à diretoria nacional da Unidas um pedido de intermediação nas negociações. Por unanimidade, os médicos também decidiram ingressar com a ação judicial de reequilíbrio econômico-financeiro.

**RORAIMA** - O Serviço de Assistência Social da Polícia Militar e o Fundo de Saúde do Exército de Roraima irão adotar a CBHPM em sua forma plena, sem redutor, a partir de abril.

**GOIÁS** - A Unidas reajustou os honorários médicos em 11,91% retroativo a 1º de março. Com isso, o CH passou a 0,3357 e o preço da consulta a R\$ 36,93. O reajuste foi aceito, em 28 de março, mediante o compromisso de implantação da CBHPM sem redutores em julho deste ano. O atendimento continua somente pelo sistema de reembolso às seguradoras, cobrando R\$ 50,40 pela consulta e os demais valores da CBHPM na banda máxima de 20%.

**PIAUI** - Em assembleia no dia 4 de abril, os médicos deliberaram por ações judiciais contra a Hapvida, Medplan e Amil, além de algumas operadoras de autogestão, exigindo o cumprimento dos acordos de implantação da CBHPM assinados no Ministério Público Estadual.

**SANTA CATARINA** - De acordo com o presidente da Federação das Unimed de Santa Catarina, Dalmo Claro de Oliveira, está confirmada a implantação da CBHPM no intercâmbio entre as 23 singulares em todo o Estado, com exceção do SADT. O valor da consulta passou a R\$ 42,00 retroativo a 1º de fevereiro e os demais valores foram adotados com redutor de 20% desde 1º de março. Além de Florianópolis e Joinville, irão iniciar a adoção da Classificação, a partir de 1º de maio, as singulares de Alto Irani, Araranguá, Canoinhas, Concórdia, Curitiba, Jaraguá do Sul, Riomafrá, Vale do Iguacu e Videira.

**ALAGOAS** - Os médicos de Alagoas, reunidos em assembleia no dia 14 de março, decidiram procurar o Ministério Público para intermediar as negociações com a Sul América quanto ao cumprimento da decisão judicial que a obriga a remunerar os profissionais segundo os valores da CBHPM plena.

**PERNAMBUCO** - Os médicos decidiram entrar na Justiça contra as empresas de medicina de grupo para obrigá-las a pagar os valores da CBHPM, conforme decisão da Câmara Arbitral de setembro de 2004. No dia 9 de março, as entidades médicas já haviam dado entrada a um pedido de liminar para que as seguradoras Sul América e Bradesco cumpram a mesma determinação.

**SÃO PAULO** - Em assembleia realizada no dia 9 de abril, a Associação Paulista de Medicina decidiu entrar com a ação de reequilíbrio econômico-financeiro contra seguradoras e planos de saúde. Desta forma, São Paulo alia-se aos Estados de Sergipe e Minas Gerais, que também já ingressaram com ações. A Comissão de Saúde e Higiene da Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 228/04, de autoria do deputado Fausto Figueira (PT), que referencia a CBHPM no Estado.